

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TAYNÁ CAVALCANTI BRANCO

**GRAVIDEZ PRECOCE E OS IMPACTOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO  
MERCADO DE TRABALHO**

Maceió  
2022

TAYNÁ CAVALCANTI BRANCO

**GRAVIDEZ PRECOCE E OS IMPACTOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO  
MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof Dr. Arnóbio Cavalcanti Filho.

Maceió

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA



ANEXO II

REGULAMENTO PARA TCC DO CURSO DE ECONOMIA

ATA de Sessão Pública de Defesa de Monografia

Aos **03** dias do mês de **fevereiro**, do ano **2022** às **14 horas**, realizou-se de forma virtual: [meet.google.com/umy-yxtm-ojz](https://meet.google.com/umy-yxtm-ojz), a sessão de defesa pública da monografia: **GRAVIDEZ PRECOCE E OS IMPACTOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**, elaborada pela aluna **Tayná Cavalcanti Branco** de matrícula **13210906**.

A banca examinadora foi composta pelos professores: **Arnóbio Cavalcanti Filho** (Orientador); **Reynaldo Rubem Ferreira Junior** (Avaliador 1); **Dilson José de Sena Pereira** (Avaliador 2); e deu início aos trabalhos às **14hrs**. Após a aluna ter apresentado e respondido às questões formuladas, por cada um dos membros da banca, estes reuniram-se reservadamente para fazer o julgamento.

O presidente anunciou aos presentes o seguinte parecer:

- Aprovado (  )
- Aprovado com Revisão (  )
- Reprovado (  )

Com as notas apresentadas pela banca: 9,0, 9,0, 9,0 com a média de 9,50

Nada mais havendo a discutir, a sessão de defesa de monografia foi encerrada e lavrada a presente Ata, sendo assinada pelos representantes da banca.

Maceió, 04 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
*Arnóbio Cavalcanti Filho* (Orientador);  
\_\_\_\_\_  
*Reynaldo Rubem Ferreira Junior* (Avaliador 1);  
\_\_\_\_\_  
*Dilson José de Sena Pereira* (Avaliador 2);

*Roberto R. Simiquelli*  
Prof. Dr. Roberto R. Simiquelli  
Coordenador de Graduação em Ciências Econômicas

Coordenador do Curso de Economia

*A Deus, por tudo, sempre.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Ivana Patrícia, e minha irmã, Tayara Branco, por sempre acreditarem em mim. A vocês eu dedico tudo e todo meu amor. Amo vocês.

Agradeço ao meu marido, Phillipe Lima, por toda paciência, companheirismo, dedicação, afeto, amor e por todas as risadas que demos juntos. Amo você.

Agradeço às maravilhosas amigas Camila de Paula e Priscylla Tavares por trazerem tanta alegria e leveza a minha vida. Por todo apoio dado sempre. Eu amo vocês. Vocês são mulheres extraordinárias!

Agradeço ao querido amigo Nayslan Harinsonford (sim, esse é o nome dele) por todo o apoio e companheirismo. Aos queridos Thaís e Ricardo Saldanha, vocês são maravilhosos. A todos os amigos maravilhosos que a Ufal me proporcionou, em especial aos queridos Raphael Lima, que além de cunhado sofreu comigo na elaboração do famigerado TCC, Fernando Vieira, Gabriela Macedo, Jezonias Emanuel, João Paulo Sabino, Joelma Sena, Paulo Jorge e Tiago Coockles (nunca escrevo seu nome certo, desculpa).

Agradeço muito ao meu orientador Arnóbio Cavalcanti Filho e ao estimado Arnóbio Chagas Cavalcanti por toda paciência e por entenderem os contratempos da vida. Por estarem sempre disponíveis e serem sempre receptivos às ideias apresentadas. E por serem tão dinâmicos e gentis em todos os momentos. Vocês são os melhores.

Agradeço a FEAC pela oportunidade de conhecer todos os docentes, em especial o já citado Arnóbio Cavalcanti, por trazerem novas perspectivas aos alunos e por deixarem transparecer o amor pela docência. A vocês eu agradeço em nome de todos os alunos, vocês são foda.

Agradeço a Ufal por todas as oportunidades ofertadas e por ser um espaço tão plural e de tanto diálogo e descobertas. A Ufal mudou minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho analisa – com base nos dados oriundos do PNS 2013, extraídos por meio do DataZoom – as implicações relacionadas à participação das mulheres que passaram por gravidez antes dos 20 anos de idade no mercado de trabalho, usando como base a metodologia utilizada por Kassouf *et al.* (2020), em *Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil*. A coorte utilizada foi de mulheres de 20 a 49 anos de idade. Foram observadas a Região Nordeste e o estado de Alagoas. Pelo universo amostral selecionado, pudemos observar que no Nordeste a gravidez precoce está concentrada nos 17 e 18 anos de idade. Também foi possível observar que menos da metade das mulheres que foram mães precocemente conseguiram concluir o ensino médio e um percentual ainda menor conseguiu uma educação de nível superior. O trabalho não apresentou resultados significativos para a Região Nordeste como um todo. No entanto, para Alagoas, foram obtidos resultados significativos que mostram uma perda salarial para as mulheres que foram mães antes dos 20 anos de idade.

**Palavras-chave:** gravidez precoce; maternidade na adolescência; mercado de trabalho; salários.

## ABSTRACT

The following study analyzes, based on PNS 2013 data from DataZoom, the implications for women in the workforce who underwent pregnancy before 20 years of age, it uses as a basis the methodology approach by Kassouf *et al.* (2020), in "Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil". The cohort analyzed was of women aged 20 to 49, living in the Northeast region and the State of Alagoas. From the selected sample group, we could observe that in the Northeast, early pregnancy occurs mainly between the ages of 17 and 18 years old. Furthermore, It is possible to observe that less than half of women that became mothers at an early age were able to complete high school and an even smaller percentage obtained a higher education. This study does not show relevant results for the Northeast Region. However, for Alagoas, significant results were obtained and they show a loss of salary for women who became mothers before the age of 20.

**Keywords:** early pregnancy; teenage maternity; workforce; salary.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio – Macrorregiões – 1991-2010.....	20
Tabela 2 – Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010.....	21
Tabela 3 – Taxas de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010.....	23
Tabela 4 – Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, com indicação da presença de filhos nascidos vivos (%) – Brasil e Macrorregiões – 2015.....	23
Tabela 5 – Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras de domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento domiciliar familiar per capita – Brasil e Macrorregiões – 2010.....	24
Tabela 6 – Taxas específicas de fecundidade (por 1.000) de mulheres de 15-19 anos de idade, por situação de domicílio e educação, segundo o rendimento médio mensal domiciliar per capita - Brasil, 2010.....	25
Tabela 7 – Estatística Descritiva Geral para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, que tiveram um filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos de idade ou mais (gravidez precoce = 0).....	36
Tabela 8 – Estatística Descritiva para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, da região Nordeste que tiveram filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos ou mais (gravidez precoce = 0).....	37
Tabela 9 – Estatística Descritiva para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, do estado de Alagoas que tiveram filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos ou mais (gravidez precoce = 0).....	39
Tabela 10 – 1º Estágio de Regressão - Gravidez Precoce - Brasil.....	41
Tabela 11 – 1º Estágio de Regressão - Gravidez Precoce - Nordeste.....	41
Tabela 12 – Efeito sobre as horas trabalhadas - Nordeste.....	42
Tabela 13 – Regressão de salários para mulheres de 20 a 49 anos - Nordeste.....	42
Tabela 14 – Regressão de participação na força de trabalho para mulheres de 20 a 49 anos - Nordeste.....	43
Tabela 15 – Regressão de horas trabalhadas para mulheres de 20 a 49 anos – Alagoas.....	43

<b>Tabela 16 – Regressão de salários para mulheres de 20 a 49 anos - Alagoas...</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 17 – Regressão de participação na força de trabalho para mulheres de 20 a 49 anos - Alagoas.....</b>	<b>44</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Taxa de Fecundidade Total – Brasil 1940-2016.....</b>	<b>16</b>
<b>Gráfico 2 – Taxa de Fecundidade Total – Macrorregiões 1940-2016.....</b>	<b>17</b>
<b>Gráfico 3 – Taxa Específica de Fecundidade 15 a 19 anos – Brasil 1975-2011..</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 4 – Taxa Específica de Fecundidade (15 a 19 anos) – Brasil e Macrorregiões – 2000-2011.....</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 5 – Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio – Brasil 1991-2010.....</b>	<b>19</b>
<b>Gráfico 6 – Rendimento médio real do trabalho principal das mulheres de 16 anos de idade ou mais ocupadas em trabalhos formais e informais – Brasil – 2005/2015.....</b>	<b>28</b>
<b>Gráfico 7 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, nos afazeres domésticos e a jornada total das mulheres de 16 anos de idade ou mais – Brasil – 2005/2015.....</b>	<b>30</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Variáveis de Interesse.....</b>	<b>35</b>
<b>Quadro 2 – Variáveis de Controle.....</b>	<b>35</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
2.1. Dinâmica Histórica da Fecundidade no Brasil.....	15
2.2. Diferenciais Regionais e de Domicílio.....	19
2.3. Domicílio, Raça, Educação e Renda como Fatores Condicionantes da Fecundidade.....	20
<b>3. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E OS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS.....</b>	<b>26</b>
3.1. Educação e Mercado de Trabalho.....	26
3.2. Perfil Socioeconômico Familiar e Atividades Domésticas.....	29
3.3. Mudança de Status Social.....	30
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
<b>5. DADOS.....</b>	<b>34</b>
5.1. Variáveis utilizadas.....	34
5.2. Análise Descritiva.....	36
5.2.1. Nordeste.....	36
5.2.2. Alagoas.....	38
<b>6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>40</b>
6.1. Primeiro Estágio da Regressão Linear.....	40
6.2. Resultados para a Região Nordeste.....	42
6.3. Resultados para a Alagoas.....	43
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A gravidez e a maternidade entre adolescentes não são fenômenos raros e podem ser observados em todos os estratos sociais. É intrinsecamente sabido que em grupos menos favorecidos socioeconomicamente a incidência da gravidez precoce é prevalente. Meninas pobres, afrodescendentes e de regiões menos desenvolvidas são a maioria apontada nas estatísticas. Fatores como a estrutura familiar, rendimentos, escolaridade, educação sexual, uso de contraceptivos, idade da menarca, entre outros, estão intimamente ligados à gravidez precoce.

Sendo o Brasil um país marcado por evidentes desigualdades sociais é notavelmente necessário entender se a maternidade precoce penaliza e como se dá essa penalização sobre as mulheres e se esse efeito está correlacionado com características socioeconômicas como educação, renda, raça, entre outros fatores. As mulheres inseridas nas camadas mais pobres podem se deparar com maior rejeição no mercado de trabalho, saída do mercado formal e entrada no mercado informal. Já as mulheres inseridas nas camadas mais elevadas economicamente e que tiveram a oportunidade de investir em capacitação podem comprometer suas carreiras profissionais (PAULO, 2014).

Cavenaghi (2015), em seu trabalho, chama a atenção para o mercado de trabalho feminino quando traz à luz que aproximadamente 65% das mulheres em idade reprodutiva estão inseridas no mercado de trabalho, num país onde, segundo os dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, nasciam aproximadamente 70 crianças a cada mil brasileiras em idades entre 15 e 19 anos.

No entanto, apesar de ser um problema que merece uma atenção especial, visto as possíveis consequências geradas não só na educação e saúde, mas também na geração de emprego e renda, a literatura brasileira concentra os estudos majoritariamente nas áreas da saúde e educação; enquanto isso, em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, por exemplo, a literatura busca uma análise mais ampla, de forma que auxilie no desenvolvimento de políticas públicas para minimizar os impactos causados às jovens, bem como diminuir a amplitude de jovens que engravidam e dão à luz durante essa fase.

Visto a complexidade do cenário exposto, a temática trazida no presente estudo se justifica, pois lançaremos luz sobre os impactos causados na vida das

mulheres, referente às questões relacionadas ao mercado de trabalho, que são acometidas pelo problema central estudado: a gravidez precoce.

Enunciada a problemática do presente trabalho (a gravidez precoce e as questões relacionadas ao mercado de trabalho), esse estudo traz a seguinte pergunta: Como a gravidez precoce se relaciona com a participação da mulher no mercado de trabalho e os seus níveis salariais?

Para realizar a análise econométrica deste trabalho, tentamos aplicar a metodologia utilizada por Kassouf *et al* (2020), em *Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil*. Assim como no trabalho supracitado, a abordagem é direcionada às mulheres que passaram pela gravidez antes dos 20 anos de idade. Consiste também em traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres e as consequências socioeconômicas geradas. Diferente do trabalho base, a investigação do fenômeno trará a temática para o contexto do Nordeste Brasileiro e como se comporta Alagoas dentre os demais estados nordestinos, bem como examinar os fatores sociais e econômicos que englobam o grupo-alvo do estudo e os futuros impactos causados na entrada dessas mulheres no mercado de trabalho.

Os capítulos 2 e 3 do presente trabalho abordam o assunto de uma forma qualitativa por meio de uma revisão literária de fontes como o IBGE, SCielo, Google Scholar, artigos científicos e outros. A partir do capítulo 4 explicaremos a metodologia e no 5 os dados utilizados. Já no capítulo 6 iremos apresentar os resultados obtidos. No capítulo 7 estarão nossas considerações finais.

## 2 COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE NO BRASIL

O propósito desta seção é analisar como a fecundidade brasileira vem se comportando e quais são os fatores que podem exercer influência positiva ou negativa sobre ela de uma forma geral.

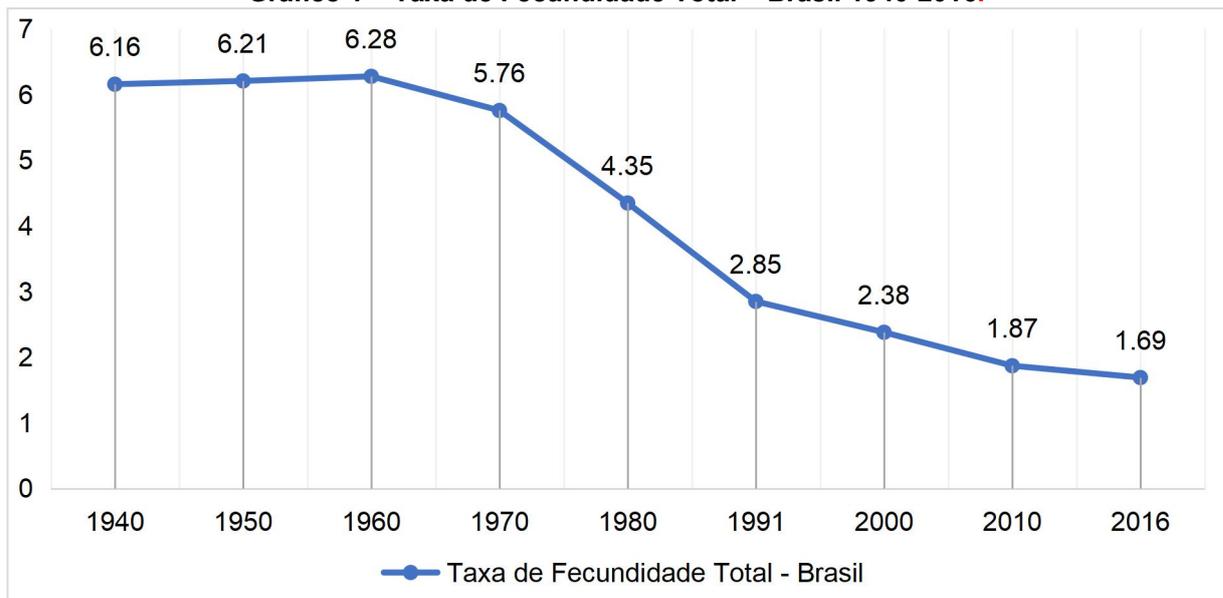
Por meio de dados extraídos principalmente do IBGE, faremos uma abordagem sobre o comportamento histórico da fecundidade na primeira parte da presente seção. A segunda parte abordará as diferenças nas taxas de fecundidade entre as regiões brasileiras e a situação de domicílio, seja rural, seja urbano. Já na terceira parte será feita uma análise dos fatores socioeconômicos que influenciam as taxas de fecundidade.

### 2. 1 Dinâmica Histórica da Fecundidade no Brasil

Mudanças nos paradigmas sociais femininos que ocorreram a partir da introdução dos métodos contraceptivos na década de 1960, no Brasil, influenciaram para que a taxa de fecundidade total tivesse uma expressiva diminuição nesse mais de meio século.

O aumento da mão de obra assalariada e a modernização ocorridas nesse período também tiveram sua importância para o início da queda da alta fecundidade brasileira, graças à monetarização da economia, a ampliação da cesta de consumo, a destruição da economia de subsistência e expansão e homogeneização do mercado de trabalho (CAVENAGHI, 2015 *apud* CARVALHO; PAIVA; SAWYER, 1981 e PAIVA, 1985). Podemos ainda acrescentar a elevação educacional, em especial, a feminina; o aumento da parcela feminina inserida no mercado de trabalho; e o crescimento das expectativas de consumo entre os grupos de renda mais baixa (CAVENAGHI, 2015 *apud* MERRICK; BERQUÓ, 1983).

Segundo o IBGE, em 1940, a média de filhos por brasileira passa de 6,16 para 6,28 em 1960, atingindo seu patamar mais alto. A partir de 1970, a taxa de fecundidade total começa a decrescer, década após década. Em 1991, a taxa total de fecundidade decaiu de 2,85 até atingir 1,69, em 2016, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Taxa de Fecundidade Total – Brasil 1940-2016.**

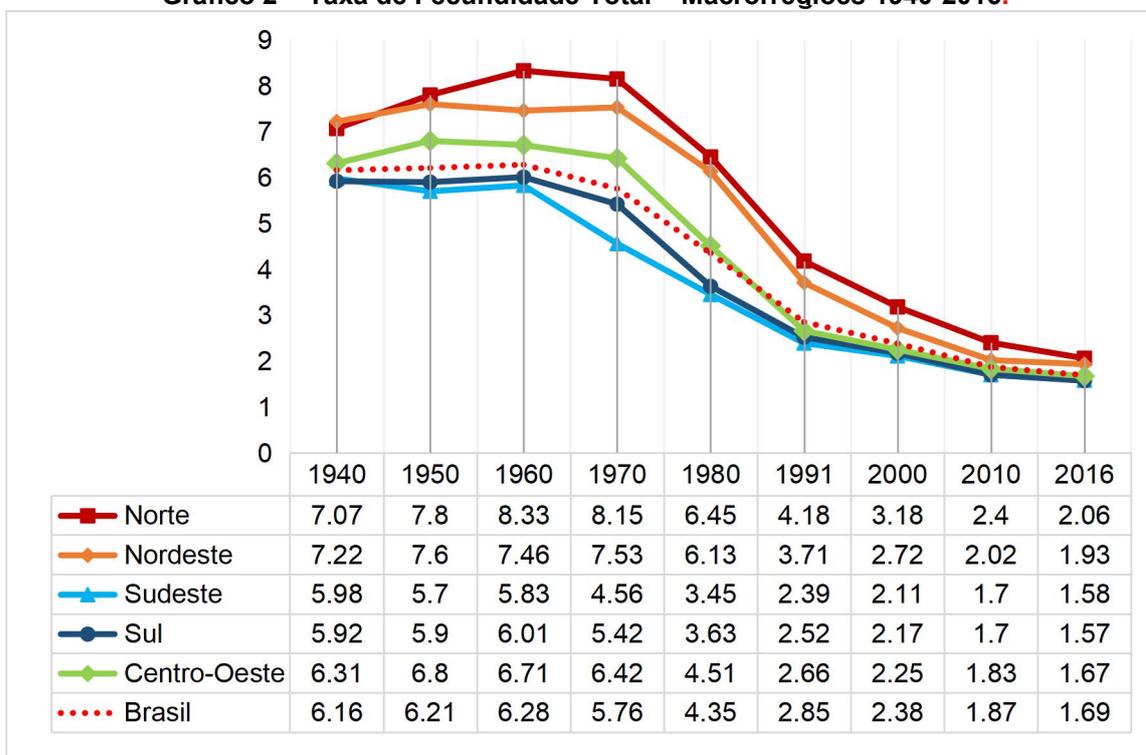
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Séries Históricas e Estatísticas.

No entanto, o que é observado nas regiões Norte e Nordeste brasileira é que, apesar de acompanhar a tendência nacional de queda, a taxa de fecundidade total durante todos os períodos analisados permaneceu sempre acima da média nacional.

Em 1970, quando a taxa de fecundidade total brasileira estava em 5,76, as regiões Norte e Nordeste apresentaram taxas de 8,15 e 7,53, respectivamente. Em 2010, enquanto a região Nordeste chegou à taxa de 2,02 e a região Norte 2,4, o Brasil apresentava taxa de apenas 1,87. Já em 2016, a taxa de fecundidade total brasileira era de 1,69 e as taxas do Norte e Nordeste eram de 2,06 e 1,93, conforme Gráfico 2.

Alguns trabalhos destacam as diferenças regionais de fecundidade. Cavenaghi (2015), por exemplo, mostra que apesar da queda da fecundidade ter ocorrido em todas as regiões brasileiras, inclusive em todas as classes sociais, cada uma apresentou um ritmo distinto e ocorreram de maneiras diferentes. A autora ainda menciona os trabalhos de Carvalho e Wood (1994) e Potter *et al.* (2010) e chama a atenção para que os diferentes regimes reprodutivos são causados pelas desigualdades socioeconômicas e que a transição ocorrida na taxa de fecundidade está altamente correlacionada com os diferentes níveis de desenvolvimento econômico apresentados.

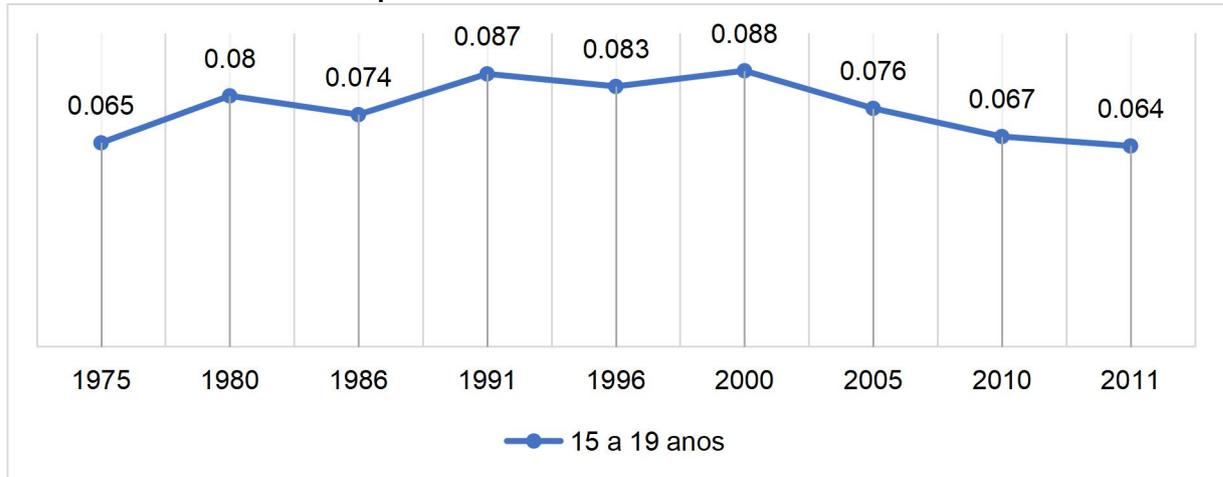
Gráfico 2 – Taxa de Fecundidade Total – Macrorregiões 1940-2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Séries Históricas e Estatísticas.

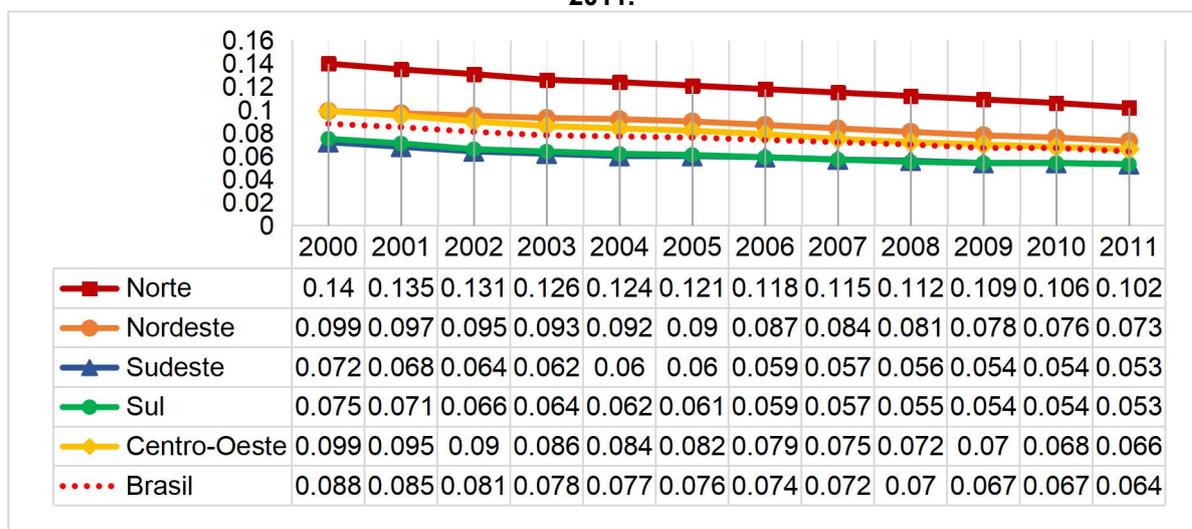
O Brasil apresenta um padrão da fecundidade ainda muito jovem. A fecundidade total das adolescentes de 15 a 19 anos declinou entre 2000 e 2011 (Gráfico 3 e 4) e alcançou uma taxa abaixo da fecundidade observada entre 1980 e 2000. Segundo o DataSUS, o Brasil passou de 88 crianças a cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, em 2000, para 64 crianças em 2011.

Além disso, na contramão da diminuição da média do número de filhos por brasileira, entre os anos de 1970 e 1991, as taxas específicas de fecundidade do grupo de adolescentes de 15 a 19 anos subiu 26% (SOUZA, 1998 *apud* MELO, 1993, p. 37-38), o que resultou em um crescimento de 7,1% para 14,1% da representação das adolescentes na taxa de fecundidade total, enquanto os demais grupos etários diminuam suas participações (HEILBORN et al., 2002 *apud* BOZON e ENOCH, 1999). Finalmente, entre os anos de 2000 e 2010, suas participações nas taxas e fecundidade totais apresentam tímida retração, passando de aproximadamente 18,8% para 17,7% (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Apesar da redução na proporção de adolescentes de 15 a 19 anos com filhos, de 12,6% para 10,7% entre 1996 e 2007 (FONTOURA; PINHEIRO, 2010).

**Gráfico 3 – Taxa Específica de Fecundidade 15 a 19 anos – Brasil 1975-2011.**

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos: 1) Ano 1975 a 1991 – SOUZA (1998); 2) Ano 1996 a 2011 – DataSUS.

É necessário levar em consideração que as gravidezes na adolescência não são necessariamente indesejadas. Pesquisas qualitativas mostram que muitas vezes a gravidez é planejada ou, pelo menos, não é evitada. Ser mãe, mesmo na adolescência, especialmente nas esferas mais pobres, pode ser relacionado ao projeto de vida da indivíduo. A vida profissional, nesses casos, dá lugar ao projeto de construir uma família. Outrossim, o fato de ter um novo membro na família, que depende financeiramente da adolescente, pode reforçar o plano de seguir com os estudos para ascender socialmente (FONTOURA; PINHEIRO, 2010).

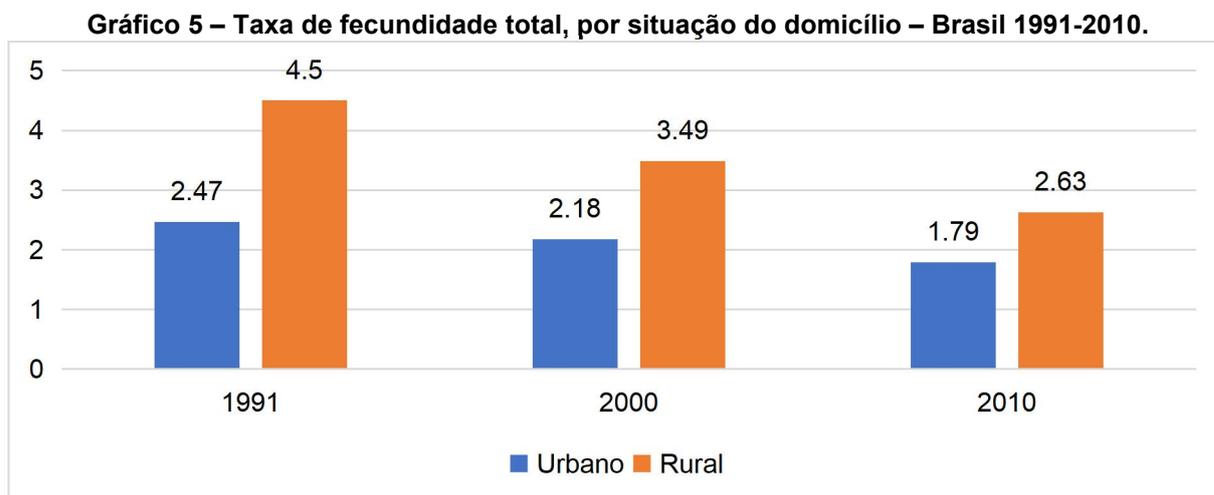
**Gráfico 4 – Taxa Específica de Fecundidade (15 a 19 anos) – Brasil e Macrorregiões – 2000-2011.**

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do DataSUS.

## 2. 2 Diferenciais Regionais e de Domicílio

Além da região onde a mulher está inserida, a área de domicílio, seja urbana, seja rural, também gera impacto nos resultados de fecundidade.

Segundo o Censo Demográfico 2010, uma mulher residente na área rural, em 1970, tinha uma expectativa de gerar 3,1 filhos a mais que uma mulher que residisse na área urbana. Em 2000, essa taxa ficava maior apenas 1,31 pontos de uma mulher residente em áreas urbanas, que apresentava taxa de 2,18 filhos. De 2000 para 2010, a taxa de fecundidade nas áreas rurais chegou a 2,63, enquanto na área urbana chegava a 1,79, o que representava quedas de 24,6% e 17,9%, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE, Censo 2000 e 2010.

Historicamente o meio urbano propicia para a população melhores condições de ensino, salários e saúde, o que contribui para um maior acesso do público feminino a métodos contraceptivos, permitindo um controle maior do número de nascimentos. Contudo, os padrões familiares urbano e rural, que já foram tão distintos, têm se aproximado consideravelmente nas últimas décadas, como pode ser observado no Gráfico 4 e Tabela 1.

**Tabela 1 – Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio – Macrorregiões – 1991-2010.**

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio					
	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Norte	3,47	5,54	2,71	3,83	2,21	3,43
Nordeste	2,98	5,39	2,32	3,81	1,89	2,65
Sudeste	2,23	3,59	2,02	2,92	1,67	2,24
Sul	2,35	3,09	2,14	2,75	1,72	2,2
Centro-Oeste	2,51	3,58	2,18	2,88	1,85	2,67

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE, Censo 2000 e Censo 2010.

A predisposição até os anos 2000 era de uma fecundidade mais jovem, com maior concentração nas faixas etárias de 15 a 24 anos. Já a partir de 2010 a fecundidade se mostra mais envelhecida. No entanto, essa reversão é dada graças à mudança na fecundidade urbana, visto que a fecundidade rural mantém sua estrutura com poucas mudanças, apresentando ainda um leve rejuvenescimento. Ainda em 2000, as áreas urbanas concentravam 19,0% da fecundidade total do grupo de 15 a 19 anos e em 2010 passa para 17,2% (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

É importante frisar que para as adolescentes que residem nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, as chances de uma gravidez precoce são menores quando comparadas com as que residem nas regiões Norte e Nordeste. Já residir na região Nordeste reduz as chances de gravidez precoce em comparação com a região Norte. Assim acontece em relação à área de domicílio, onde viver em uma área urbana diminui as chances de maternidade precoce de uma maneira geral (CRUZ; CARVALHO; IRFFI, 2016).

### **2. 3 Domicílio, Raça, Educação e Renda como Fatores Condicionantes da Fecundidade**

Como já citado anteriormente, existem variáveis pontuais que agem como condicionantes da fecundidade, são elas: cor ou raça, rendimento e instrução educacional. Entende-se também que existe forte correlação entre essas variáveis.

Em relação à raça, o Censo Demográfico 2010, aponta uma taxa de fecundidade total das mulheres brancas de 1,63 filho; para as mulheres pretas e pardas, a taxa chegou a 2,12 filhos; já as mulheres indígenas apresentaram uma fecundidade de 3,88 filhos por mulher (Tabela 2).

Ao observar os dados referentes à faixa etária, no Censo Demográfico 2010, é percebido que os grupos de mulheres pretas, pardas e indígenas apresentam um padrão de fecundidade mais jovem, enquanto o grupo de mulheres brancas apresenta padrão mais tardio, com concentração maior na faixa etária de 25 a 29 anos de idade.

**Tabela 2 – Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010.**

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres							
	Branca		Preta		Parda		Indígena	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>2,05</b>	<b>1,63</b>	<b>2,8</b>	<b>2,12</b>	<b>2,75</b>	<b>2,12</b>	<b>3,88</b>	<b>3,88</b>
Norte	2,63	2,03	3,78	2,73	3,32	2,55	5,48	4,92
Nordeste	2,33	1,77	3,02	2,14	2,86	2,18	3,75	3,01
Sudeste	1,88	1,52	2,52	2	2,45	1,9	2,84	2,9
Sul	2,1	1,68	2,93	2,19	2,86	2,15	3,98	3,74
Centro-Oeste	2,04	1,7	2,61	2,1	2,43	2,05	4,16	4,3

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE, Censo 2010.

Os casos de gravidez precoce ocorrem geralmente por volta dos 17 anos de idade e com predominância entre as jovens que se declaram negras e pardas. Levando em consideração que a parcela da população brasileira mais pobre se declara como negra ou parda, fica evidente a associação entre raça e condição social. Tendo em vista que a gravidez na adolescência está associada à condição de baixa renda, os resultados mostram que a gravidez precoce acomete principalmente adolescentes de raça não branca ou não amarela, de acordo com Santos (2013).

Outra variável para a qual lançaremos luz é o nível de instrução educacional feminino, visto que a educação é um dos principais condicionantes da fecundidade feminina. É sabido que nas últimas décadas houve um expressivo aumento do nível educacional feminino. Em 2010, cerca de 66% das mulheres em idade fértil concluíram o ensino fundamental (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

Conforme divulgado no último Censo, as mulheres com no máximo 7 anos de estudos tinham em média 3,19 filhos. Já o grupo de mulheres com 8 anos ou mais de estudo tinha uma média de 1,68 filhos por mulher.

No grupo de mulheres com menos de 7 anos de estudo, as mulheres de 15 a 19 anos representava 20,3% da fecundidade total. Por sua vez, no grupo com 8 anos ou mais de estudos, esse grupo etário representava apenas 13,3%.

O trabalho de Carvalho, Cruz e Irffi (2016) faz referência aos dados encontrados por Leite, Rodrigues e Fonseca (2004), em que apontam que o nível educacional é a condicionante principal sobre o início da vida sexual, o uso de métodos contraceptivos na primeira relação sexual e a fecundidade, visto que mulheres que conseguem completar cinco anos de estudo têm menor probabilidade de gravidez precoce, em face das mulheres com o ensino fundamental incompleto.

Os resultados de Aquino *et al.* (2003) mostram que a gravidez na adolescência foi mais presente entre as adolescentes que iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos de idade. 63,9% das mulheres que ficaram grávidas, do universo amostral da pesquisa, não usaram nenhum método contraceptivo e não discutiram o assunto com seus parceiros na iniciação sexual, enquanto 23,5% conversaram e usaram algum método de contracepção. Após o nascimento do primeiro filho, 45,6% das adolescentes passaram a usar algum método contraceptivo. A ocorrência de gravidez precoce foi mais presente com parceiros mais velhos na iniciação sexual.

Carvalho, Cruz e Irffi (2016) ainda citam Gama, Szwarcwald e Leal (2002) e evidenciam que as mulheres que vivenciaram a gravidez precoce apresentam piores níveis educacionais, maiores índices de tabagismo, uso de drogas e baixa frequência a consultas pré-natais.

Apesar disso, uma análise da evolução da fecundidade por nível de instrução mostra que há uma diminuição na diferença entre as taxas das mulheres menos escolarizadas e as mais escolarizadas. As mulheres sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto apresentaram uma redução da fecundidade de 3,43 filhos, em 2000, para 3,09 filhos, em 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

Fazendo uma comparação dos dados da Tabela 3, entre o grupo de mulheres sem ou com pouca instrução e ensino fundamental incompleto ao grupo de mulheres com ensino superior completo, o último grupo apresenta uma taxa de fecundidade 61,9% menor que o primeiro grupo. Entre o grupo de mulheres menos escolarizadas, a taxa de fecundidade chega a 3,09 filhos, sendo a maior taxa de fecundidade no grupo de mulheres sem instrução e fundamental incompleto encontrada na Região Norte e Nordeste, sendo de 3,67 e 3,12 filhos por mulher, respectivamente.

**Tabela 3 – Taxas de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010.**

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres							
	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>3,43</b>	<b>3,09</b>	<b>2,25</b>	<b>2,54</b>	<b>1,46</b>	<b>1,34</b>	<b>1,13</b>	<b>1,14</b>
Norte	4,23	3,67	2,5	2,76	1,73	1,52	1,3	1,36
Nordeste	3,65	3,12	1,94	2,33	1,48	1,38	1,14	1,24
Sudeste	3,16	2,69	2,22	2,16	1,42	1,29	1,1	1,1
Sul	3,17	2,84	2,21	2,46	1,44	1,32	1,13	1,15
Centro-Oeste	3,1	2,96	2,3	2,55	1,51	1,44	1,3	1,22

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em suma, o que a Tabela 3 deixa claro é que a taxa de fecundidade é inversamente proporcional ao aumento do nível de instrução, o que ocorre independentemente da região em que reside a mulher, acarretando, inclusive, em um padrão etário da fecundidade mais tardio para as regiões onde as mulheres são mais escolarizadas.

**Tabela 4 – Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, com indicação da presença de filhos nascidos vivos (%) – Brasil e Macrorregiões – 2015.**

Grupos de idade	Percentual de mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, com indicação da presença de filhos nascidos vivos									
	Total		Cor ou raça				Grupos de anos de estudo			
			Branca		Preta ou parda		Com até 7 anos de estudo		Com 8 anos ou mais de estudo	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
<b>Brasil</b>	<b>38,5</b>	<b>60,9</b>	<b>41,6</b>	<b>57,8</b>	<b>35,9</b>	<b>63,4</b>	<b>22,1</b>	<b>77</b>	<b>43,5</b>	<b>56</b>
15 a 19 anos	89,8	10,1	92,7	7,3	87,9	12	82,9	16,9	91,9	8,1
20 a 24 anos	64,2	35,6	71,9	27,9	58,2	41,4	28,9	70,2	68,8	30,9
25 a 29 anos	41,7	57,7	49,4	50,1	35,4	64,1	17,6	81,6	46	53,5
30 a 34 anos	26,2	73,2	31,1	68,4	21,9	77,3	11,7	87,3	29,6	69,8
35 a 39 anos	16,7	82,5	19,6	79,7	14,2	84,9	8,3	90,6	20,1	79,3
40 a 44 anos	13	85,9	14,7	84,4	11,5	87,2	8,7	90,1	15,3	83,7
45 a 49 anos	12,2	86,8	13,8	85,2	10,7	88,3	8,8	90,1	14,1	85

Fonte: IBGE (2016).

Ainda sobre o nível de instrução é relevante dizer que no grupo de mulheres com menos de 7 anos de estudo o subgrupo etário de 20 a 24 anos concentrava 37% da fecundidade total e o subgrupo etário de 15 a 19 anos concentrava 20,3%. Enquanto isso, no grupo de mulheres com 8 anos ou mais de estudo, os subgrupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos concentravam 25% e 24,8% da fecundidade total do grupo, respectivamente, ou seja, quase 50% do grupo. Já o subgrupo etário de 15 a 19 anos tinha uma participação de 13,3% (IBGE, 2010).

Na tabela 4, podemos observar as variações nas taxas específicas de fecundidade relativas à raça e a nível de instrução educacional.

Sobre a renda familiar, há uma tendência de diminuição da fecundidade com o aumento do rendimento em todas as regiões. No geral, as mulheres que apresentam renda familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo apresentam uma fecundidade de 3,90 filhos; já as mulheres com renda familiar per capita de mais de 5 salários mínimos apresentam uma fecundidade de menos de 1,0 filho por mulher. Entretanto, nas regiões Norte e Nordeste, onde as taxas de fecundidade são mais altas, os diferenciais por classe de rendimento são menores. No Nordeste, por exemplo, a taxa de fecundidade para as mulheres com rendimento mais alto é de 1,06 filho, enquanto aquelas com menor rendimento é de 3,63 filhos (Tabela 5). Vale ressaltar que na região Nordeste 79,9% das mulheres em idade fértil vivem em domicílios com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo. Por sua vez, na região Sul, esse número é de apenas 46,2% (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

**Tabela 5 – Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras de domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento domiciliar familiar per capita – Brasil e Macrorregiões – 2010.**

Grandes Regiões	Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento domiciliar familiar per capita.							
	>= 1/4	< 1/4 a 1/2	< 1/2 a 1	< de 1 a 2	< 2 a 3	< 3 a 5	< 5	Sem rendimento
<b>Brasil</b>	<b>3,9</b>	<b>2,67</b>	<b>1,88</b>	<b>1,3</b>	<b>1,1</b>	<b>1,07</b>	<b>0,97</b>	<b>2,03</b>
Norte	4,42	2,81	1,89	1,53	1,29	1,42	1,17	2,59
Nordeste	3,63	2,23	1,5	1,21	1,11	1,15	1,05	2,45
Sudeste	4,09	2,89	1,95	1,26	1,03	0,98	0,97	1,65
Sul	4,51	3,23	2,26	1,43	1,02	0,99	0,96	1,85
Centro-Oeste	4,33	3,08	2,17	1,35	1,34	1,14	0,96	1,72

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em face disso, constatamos que há uma tendência geral de uma fecundidade mais tardia para as mulheres de maior rendimento. Já para os grupos com até 1 salário mínimo de rendimento a fecundidade se concentra na faixa etária de 20 a 24 anos (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

O grupo de renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo concentra 26,7% das adolescentes de 15 a 19 anos. Desse universo, 44,2% dessas jovens já são mães. Em outras palavras, quase 18% das adolescentes de renda mais baixa são mães, enquanto nas famílias com renda per capita acima de 5 salários mínimos essa proporção é menor que 1% (FONTOURA; PINHEIRO, 2010).

A Tabela 6 mostra que os grupos de adolescentes de 15 a 19 anos com menor renda e menor nível de instrução educacional é onde a taxa de fecundidade é maior e que as adolescentes da área urbana de baixa renda, em quase todas as categorias de instrução educacional, apresentam fecundidade um pouco maior que na área rural, o que pode ser resultado de uma liberdade sexual maior na área urbana (CAVENAGHI, 2015). Vale destacar que ser do subgrupo que tem o ensino médio completo ou superior incompleto sem ser associado a um nível de renda familiar per capita maior que 3 salários não é uma condicionante para a baixa fecundidade.

**Tabela 6 – Taxas específicas de fecundidade (por 1.000) de mulheres de 15-19 anos de idade, por situação de domicílio e educação, segundo o rendimento médio mensal domiciliar per capita – Brasil, 2010.**

Situação de domicílio e Instrução	Rendimento médio domiciliar per capita em salário mínimo							Total
	Até 1/4	Maior que 1/4-1/2	Maior que 1/2- 1	Maior que 1- 2	Maior que 2 - 3	Maior que 3 - 5	Maior que 5	
<b>Rural</b>								
Sem instrução e fundamental incompleto	180,5	156,5	110,6	80,9	106,3	44,7	90,1	160,3
Fundamental completo e médio incompleto	95,1	89,9	67,1	44,1	32,8	33,9	46,5	82,3
Médio completo e superior incompleto	55,4	54,3	39,9	23,3	17,2	15,4	11,4	43,9
<b>Urbano</b>								
Sem instrução e fundamental incompleto	183,9	164,8	116,6	70,5	49,2	32,8	26,7	140,7
Fundamental completo e médio incompleto	103	103,1	71,3	38,5	21,9	15,3	12,9	70,6
Médio completo e superior incompleto	54,4	67,5	45,6	23,8	13,7	9,5	7,9	34,9

Fonte: Cavenaghi (2015) por meio dos microdados do Censo Demográfico 2010.

### **3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E OS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS**

Nesta seção, realizaremos uma revisão literária em que será abordada, na primeira parte, os impactos da gravidez precoce nos níveis educacionais e no mercado de trabalho. Já a segunda parte estará concentrada, principalmente, no perfil socioeconômico familiar e a influência da realização de atividades domésticas. A terceira parte abordará a visão social da passagem do status de adolescente para o status adulto e suas implicações.

#### **3.1 Educação e Mercado de Trabalho**

A maternidade precoce pode ser um agente penalizante para as mulheres, principalmente as que estão inseridas nos estratos sociais mais pobres. O adiamento da maternidade possibilita a continuidade do investimento em educação, o que pode ser um fator decisivo sobre os ganhos futuros e colocação no mercado de trabalho, podendo, inclusive, ser um meio de interromper a perpetuação do ciclo de pobreza.

Enquanto as adolescentes de baixa renda, que não adiaram a maternidade, podem ter maior dificuldade para ingressar no mercado de trabalho formal, as adolescentes com melhores condições econômicas podem se deparar com a interrupção da sua formação educacional e profissional, o que pode comprometer sua carreira profissional.

Um grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorreu a partir de 1970, principalmente entre as que tinham um maior nível educacional. Juntamente com esse maior engajamento no mercado de trabalho veio o impasse sobre a maternidade e o mercado de trabalho (ALVES; PAZELLO; SCORZAFAVE, 2017).

Cerca de 65% das mulheres em idade reprodutiva estão inseridas no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres também ultrapassaram os homens em termos educacionais nas últimas décadas. Diante dessas mudanças, seria esperado um comportamento reprodutivo feminino mais tardio, visando o término dos estudos e a entrada no mercado de trabalho formal (CAVENAGHI, 2015). Segundo o IBGE, em 2016, as regiões Norte e Nordeste tinham uma taxa de fecundidade de adolescente, de 15 a 19 anos, estimada em 85,1% e 64,9%, respectivamente, e em 2019 a taxa foi para 84,5% e 65,2% para essas regiões.

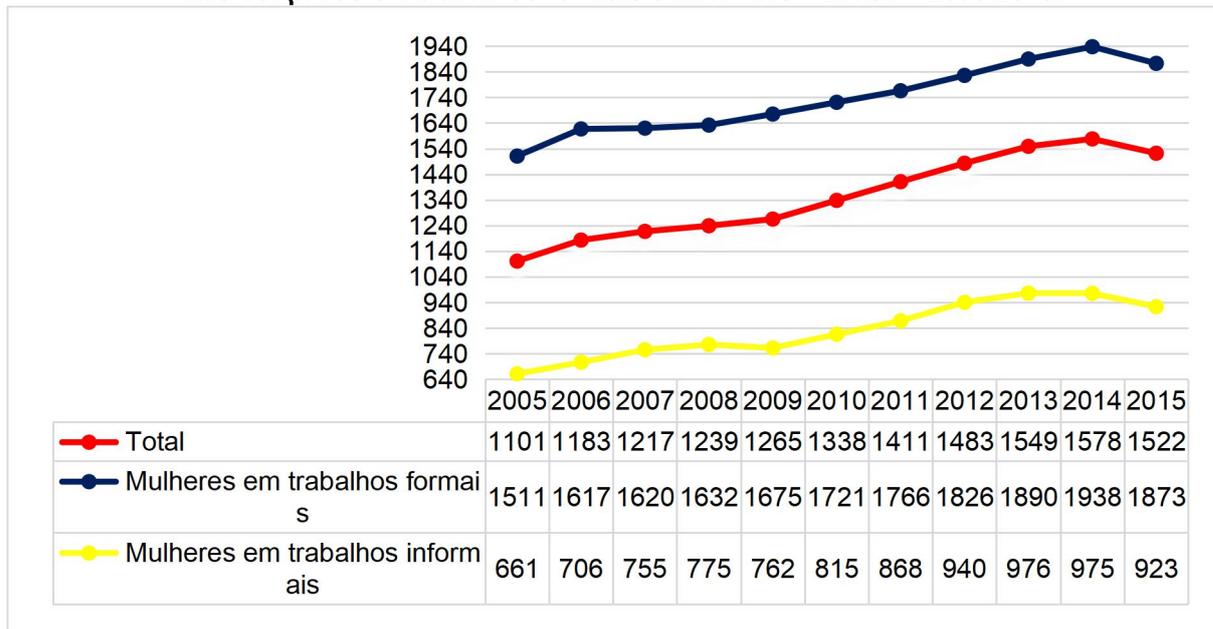
A educação é desfavorecida devido à presença de filhos durante a adolescência, momento em que esse grupo de mulheres possui menor escolaridade e menos séries cursadas. Pelo fato da gravidez precoce ocorrer, em média, aos 17 anos de idade e essa ser a idade em que as jovens, em média, estão concluindo o ensino fundamental, devido à defasagem série-idade, a maternidade faz com que a adolescente interrompa os estudos e não conclua o ensino fundamental. A proporção de jovens que foram mães na adolescência e conseguem ingressar no ensino superior é cerca de três vezes menor que o grupo que não foi mãe precocemente. Em relação ao mercado de trabalho, a presença de filhos durante a adolescência tende a ser um fator negativo, inclusive na relação salarial. Igualmente, o desemprego também é maior para esse grupo (SANTOS, 2013).

Na literatura internacional, Chevalier e Viitanen (2003) encontraram resultados que mostram que as britânicas que foram mães adolescentes apresentam resultados negativos no que tange à educação, inserção no mercado de trabalho e salários. Em relação à educação, esse grupo tem de 12% a 24% menos chances de concluir o ensino pós-obrigatório. Menos que 8% das mães adolescentes possuem um diploma ou qualificação profissional elevada, quando essa proporção é quase 30% para outras mulheres. Aos 33 anos de idade, essas mulheres que foram mães durante a adolescência são três vezes mais propensas a estar sem nenhuma qualificação. Essas mulheres ainda apresentaram um déficit de aproximadamente 3 anos sobre a entrada no mercado de trabalho, por serem menos qualificadas. Ademais, recebem salários de 5% a 22% menor que as demais.

Em relação ao mercado de trabalho, entre as jovens de 16 a 24 anos que estavam ocupadas, 69,2% estavam em trabalhos informais, no Sudeste esse percentual era de 57,2% e no Nordeste chegava a 90,5% (IBGE, 2010).

Os dados do IBGE (2010) ainda evidenciam que 93% do saldo de trabalhadores domésticos são de mulheres e que 72,8% dessas mulheres não possuíam carteira de trabalho assinada. Em 2009, 55% das trabalhadoras domésticas tinham idade entre 25 e 44 anos, com média de anos de estudo em torno de 6,1 anos, o percentual de trabalhadoras pardas era de 49,6%. Em 2015, as mulheres que estavam em trabalhos informais recebiam em torno de 49% do rendimento das mulheres que estavam em trabalhos formais, conforme Gráfico 6 (IBGE, 2016).

**Gráfico 6 – Rendimento médio real do trabalho principal das mulheres de 16 anos de idade ou mais ocupadas em trabalhos formais e informais – Brasil – 2005/2015.**



Fonte: IBGE (2016).

As mulheres com 9 a 11 anos de estudo têm uma tendência a ter uma carga horária de trabalho média maior que as demais, enquanto as mulheres com menos anos de estudos trabalham menos que as mulheres com mais de 12 anos de estudo. Em 2009, as mulheres tinham uma carga horária de trabalho média de 36,5 horas. No mercado informal, essa média era de 30,7 horas semanais e para o mercado formal essa média era de 40,7 horas semanais (IBGE, 2010).

Narita e Díaz (2016) analisaram os efeitos da maternidade precoce sobre os níveis de escolaridade e os resultados no mercado de trabalho obtidos por essas mulheres. Para as autoras, quando uma jovem mora em lugares que apresentam maiores níveis de pobreza não criam expectativas sobre seu futuro. As autoras ainda afirmam que as mães adolescentes têm menores probabilidades de concluir o ensino médio e de participar da força de trabalho e maior probabilidade de ter rendimentos mais baixos do que mulheres que não foram mães precocemente.

Já os resultados de Kassouf *et al.* (2020) mostram que ter um filho antes dos 20 anos de idade aumenta de 9% a 11% a probabilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho. No entanto, essas mulheres têm 12% menos chances de trabalhar em empregos formais e receberão, em média, salários 28% menor que as demais. Para as mulheres negras e pardas, esse percentual pode chegar a 30%. Isso pode acontecer devido à baixa escolaridade, visto que ser mãe precoce diminui a escolaridade da mulher em aproximadamente 1,3 ano, equivalente a 14% de

redução no número médio de anos de estudo. As regiões Norte e Nordeste têm 42,5% das adolescentes sendo mãe precocemente, já as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste o percentual é próximo a 31%. Para as mulheres das regiões Norte e Nordeste, há maior probabilidade de trabalhar e receber salários até 34% mais baixos, em caso de maternidade precoce.

### **3. 2 Perfil Socioeconômico Familiar e Atividades Domésticas**

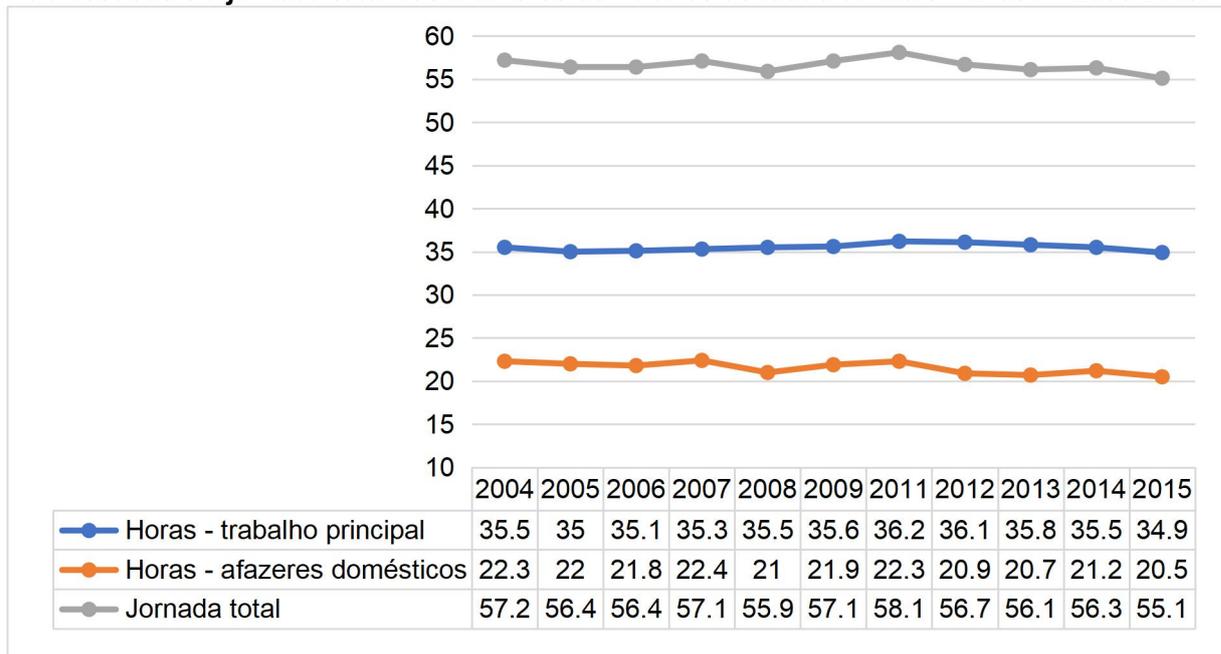
As autoras Santos e Pazello (2012) destacam que as adolescentes que vivenciaram a gravidez precoce apresentaram menores médias de renda familiar per capita e que essas jovens possuem pais com menores nível educacionais, indicando uma relação inversamente proporcional entre a escolaridade dos pais e a gravidez adolescente. É importante destacar que, segundo as autoras, as adolescentes que tiveram natimortos apresentaram pior acesso a serviços básicos de saneamento e infraestrutura domiciliar.

Ainda cabe às mulheres, majoritariamente, realizar as principais atividades domésticas e cuidados com os familiares, mesmo que tenham que conciliar com suas ocupações no mercado de trabalho. Essas atividades têm impacto no bem-estar social das mulheres e na sua inserção no mercado de trabalho.

Em 2009, as mulheres de 16 anos de idade ou mais, que estavam ocupadas, gastavam em média 22 horas em afazeres domésticos. Vista pela ótica da escolaridade, as mulheres ocupadas, que têm 12 anos ou mais de estudo, dedicam 17 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto as mulheres com até 8 anos de estudo dedicam 25,3 horas semanais (IBGE, 2010).

Esses resultados permaneceram praticamente inalterados na última década. Em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos 21,4 horas, conforme Gráfico 7. Vale ainda frisar que as mulheres pretas ou pardas dedicavam uma média de 22 horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, enquanto as brancas dedicavam, em média, 20,7 horas. Já para as mulheres que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos, 24,1 horas semanais são dedicadas às atividades domésticas; enquanto as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos, dedicam 18,2 horas semanais (IBGE, 2020).

**Gráfico 7 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, nos afazeres domésticos e a jornada total das mulheres de 16 anos de idade ou mais – Brasil – 2005/2015.**



Fonte: IBGE (2016).

### 3. 3 Mudança de Status Social

Souza (1998) explica que passagem da infância para a vida adulta varia de acordo com o grupo social em que o indivíduo está inserido, independentemente da idade. Essa passagem estaria atrelada a mudanças nos papéis atribuídos ao indivíduo. Sendo assim, a vida escolar seria uma atribuição infantil, que seria abandonada na vida adulta. Não é raro, principalmente para as famílias dos estratos mais baixos da sociedade, que a adolescência, fase em que ocorre a transição da infância para a fase adulta e quando os estudos e trabalho poderiam ser vivenciados, seja reduzida.

Heilborn *et al.* (2002) traz que as adolescentes das classes mais pobres têm motivos para desejar sair da casa dos pais (ou responsáveis) buscando ingressar na fase adulta, visto assumirem papéis parentais dentro do domicílio de origem. Essas adolescentes, no geral, são incumbidas das tarefas domésticas e cuidados de familiares, o que pode gerar a evasão escolar e o não ingresso ou o ingresso tardio no mercado de trabalho, exceto quando ocupam as tarefas de empregadas domésticas.

Pazello e Fernandes (2004) argumentam que a teoria econômica explica, por meio do efeito renda e substituição, a escolha da mulher sobre o mercado de trabalho após o nascimento de um filho. A renda familiar per capita diminui com a

chegada de um novo membro, o que seria positivo, sob a óptica do efeito renda, a permanência ou entrada da mulher no mercado de trabalho. Já pela óptica do efeito substituição, a mulher pode optar pelo trabalho doméstico caso o salário ofertado dentro do mercado de trabalho não seja vantajoso.

No curto prazo, Santos e Pazello (2012) verificaram que entre as jovens que experimentam a maternidade ou que tiveram natimortos há maior incidência da relação conjugal, indicando que as uniões estáveis são favorecidas pela fecundidade mesmo na juventude. Observa-se ainda que as adolescentes que tiveram filhos têm maior probabilidade de assumir o papel de chefes de família e também de não residirem mais no mesmo domicílio materno.

Já para Souza (1998), a maternidade, no geral, pressiona a mulher a constituir uma união. As adolescentes de 15 anos têm 22% mais chances de uma união marital, enquanto as adolescentes de 19 anos chegam a ter 6% mais chances de união. Essas uniões aumentam a probabilidade das adolescentes de 15 a 19 anos se afastarem das escolas e trabalhos. A interrupção prematura dos estudos, a saída do mercado de trabalho e o desemprego têm impacto maior, quanto mais longa seja sua duração. Os padrões familiares para essas jovens mães indicam que as famílias das adolescentes, de 15 a 19 anos, que tiveram filhos são absorvidas pelas famílias de seus parentes.

Para Manfré *et al.* (2010), a gravidez pode ser idealizada pela adolescente para conseguir a união com o parceiro e assim alcançar a independência da família, já que nas classes sociais mais baixas há uma pressão social maior para que a adolescente grávida e seu parceiro reconheçam os laços do matrimônio, mesmo sem oficialização ou independência financeira. O resultado desse comportamento reflete em um baixo índice de casamentos formais (7,2%) e o grande número de uniões consensuais (60,6%), oriundos da gravidez precoce.

Santos (2013) explana que, diferente do que acontece no curto prazo, há uma relação inversamente proporcional entre maternidade precoce e união conjugal na fase adulta.

## 4 METODOLOGIA

Para iniciarmos esta sessão, cabe esclarecer que buscamos realizar essa análise replicando a metodologia utilizada por Kassouf *et al.* (2020), em *Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil*, apenas para os casos da região Nordeste e do estado de Alagoas. Todavia, como será visto a seguir, a presente análise diverge em alguns aspectos do trabalho usado como base. Sendo assim, tentamos utilizar as mesmas diretrizes do trabalho supracitado, em que:

$$Y_i = X_i\beta + C_i\delta + \varepsilon_i \quad (1), \text{ onde:}$$

$Y_i$  = resultados do trabalho (participação na força de trabalho, participação no trabalho formal e ganhos);

$X_i$  = vetor de variáveis de controle; e

$C_i$  = variável gravidez (1 se uma mulher de 20 a 49 anos teve um bebê antes dos 20 anos e 0 caso contrário);

$\varepsilon_i$  = erro padrão.

Para explicar a endogeneidade da gravidez, a autora utiliza as variáveis instrumentais menarca ( $Me_i$ ) e aborto espontâneo ( $Mi_i$ ), que não são correlacionadas com o erro padrão ( $\varepsilon_i$ ), mas correlacionadas com a variável endógena gravidez ( $C_i$ ). Contudo, ao realizar o 1º estágio da regressão para o Brasil, o aborto espontâneo apresentou um efeito positivo, o que indica uma potencial endogeneidade, violando a restrição de exclusão das variáveis instrumentais. Quando a regressão é restrita à região Nordeste, o efeito da variável aborto espontâneo não aparece, por esse motivo apenas a menarca será utilizada como variável instrumental, já o aborto espontâneo será utilizado como variável de controle.

A literatura mostra que a utilização do aborto espontâneo ou de natimorto como variável instrumental gera dúvidas, visto que a variável em questão é uma variável endógena. Santos (2013), ao realizar sua análise, por meio da comparação do grupo de mulheres que tiveram 1 filho durante a adolescência (15 a 19 anos) e as mulheres que tiveram natimortos e sem a presença de filhos vivos, busca resolver o problema da endogeneidade por meio de variáveis de controle socioeconômico. Mas, ainda assim, a autora se questiona sobre a exogeneidade de natimorto na estimação.

Para ( $C_i$ ) usaremos a seguinte equação:

$$C_i = Me_i\beta_1 + X_i\beta + u_i \quad (2)$$

para obter  $\hat{C}_i$ , que será utilizado na equação (1) para obter a estimativa do parâmetro de interesse  $\hat{\delta}$ .

Conforme Kassouf *et al.* (2020) explica, as variáveis participação na força de trabalho e participação no trabalho formal, bem como a variável gravidez, são tratadas como binárias ou contínuas e, por isso, o Modelo Probit Bivariado ou o Modelo de Variável Instrumental podem ser aplicados.

Os ganhos salariais foram calculados como o salário mensal das mulheres em todos os diferentes empregos, dividido pelo número de horas trabalhadas.

## 5 DADOS

Assim como no trabalho de Kassouf *et al.* (2020), foram utilizados os dados provenientes da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) realizada em 2013, sendo essa a primeira edição da Pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em conjunto com o Ministério da Saúde (MS), o qual coleta informações sobre as condições de saúde da população e o uso do sistema nacional de saúde, no que tange ao acesso e aos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, além de informação sobre as morbidades, estilo de vida, trabalho, violência e outros.

A presente análise foi baseada nos dados do PNS 2013, sendo o universo amostral restrito aos indivíduos do sexo feminino entre 20 e 49 anos de idade. Essa faixa etária foi escolhida para que fosse possibilitada a análise das implicações que ocorreram na vida das indivíduos após a ocorrência da gravidez precoce.

Friso que foi utilizada a plataforma DataZoom, desenvolvida pelo Departamento de Economia da PUC-Rio, para extrair os dados oriundos do PNS 2013, o que pode ter ocasionado uma diferença no tamanho das amostras em relação à análise de Kassouf *et al.* (2020), como também essa diferença pode aparecer devido à diferença temporal do trabalho de referência para a presente análise.

### 5.1 Variáveis Utilizadas

As variáveis utilizadas na análise descritiva e nas estimações estão divididas em variáveis de controle e variáveis de interesse.

As variáveis de interesse dizem respeito às características que queremos explorar. Já as variáveis de controle são as que influenciam as variáveis de interesse. As variáveis que utilizamos estão dispostas nos Quadros 1 e 2:

**Quadro 1 – Variáveis de Interesse.**

<b>VARIÁVEIS DE INTERESSE</b>		
<b>VARIÁVEL</b>	<b>LEGENDA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
trabalho_remun	Trabalho remunerado	Alguma atividade remunerada
trabalho_ocas	Trabalho ocasional	Trabalho não recorrente remunerado, os trabalhos conhecidos como “bico”
salar_dinh_princ	Salário do trabalho principal	Remuneração da atividade principal (formal ou informal)
horas_trab_princ	Horas trabalhadas no trabalho principal	Tempo de trabalho da atividade principal
salar_dinh_secun	Salário do trabalho secundário	Remuneração oriunda de uma segunda atividade
horas_trab_secun	Horas trabalhadas no trabalho secundário	Tempo de trabalho de atividade secundária
salario_total	Salário total (salar_dinh_princ + salar_dinh_secun)	Remuneração total recebida
horas_trab_total	Horas trabalhada total (horas_trab_princ + horas_trab_secun)	Total de horas trabalhadas

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 2 – Variáveis de Controle.**

<b>VARIÁVEIS DE CONTROLE</b>		
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>LEGENDA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
aborto_espontaneo	Aborto espontâneo	Se a mulher passou por aborto espontâneo ou não
aborto_provocado	Aborto provocado	Se a pessoa teve aborto provocado ou não
dum_ens_med	Ensino médio	Se a pessoa concluiu o ensino médio ou não
dum_ens_sup	Ensino superior	Se a pessoa concluiu o ensino superior ou não
idade	Idade	Idade da mulher no momento da entrevista
peso	Peso	Peso da mulher no momento da entrevista
altura	Altura	Altura da mulher no momento da entrevista
renda_fam_pc	Renda familiar per capita	Renda familiar per capita
dum_cor_branca	Cor branca	Se é pessoa é da raça branca ou não
religiao	Religião	Se a mulher vai a igreja duas vezes ou mais na semana
agua_redegeral	Água ligada a rede geral	Se a residência tem acesso a rede de água encanada ou não
saneamento_redegeral	Saneamento ligado à rede geral	Se a residência tem acesso ao saneamento básico
dum_urbano	Domicílio urbano	Se a pessoa vive em ambiente urbano ou não
UF_SigladoEstado	Estado em que vive	Se a pessoa vive em tal estado

Fonte: Elaboração própria.

## 5. 2 Análise Descritiva

A Tabela 7 é o espelho da amostra que utilizamos no presente trabalho, nela estão descritos os locais aos quais as amostras pertencem, bem como o percentual do grupo de mulheres que foram mães antes dos 20 anos e do grupo que não o foi.

**Tabela 7 – Estatística Descritiva Geral para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, que tiveram um filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos de idade ou mais (gravidez precoce = 0).**

Brasil	Quantidade de observações	Percentual (%)
0	8.455	50,29
1	8.356	49,71
Total	16.811	100
Nordeste		
0	2.719	50,68
1	2.646	49,32
Total	5.365	100
Alagoas		
0	270	49,09
1	280	50,91
Total	550	100

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

### 5. 2. 1 Nordeste

Pelos dados coletados para a análise referente à região Nordeste, verificou-se que a gravidez precoce ocorre principalmente entre os 17 e 18 anos de idade e é mais predominante entre as mulheres de raça não branca. Nessa conjuntura, as mulheres de raça branca representam apenas 21,5% dos casos coletados.

Nossa amostra também apontou que a gravidez precoce atinge principalmente as mulheres que se encontram em condições socioeconômicas mais baixas. Isso porque a média da renda familiar per capita para as mulheres que foram mães na adolescência é de 434,34 reais contra 696,09 reais para as mulheres que não foram mães adolescentes. A amostra também apontou que apenas 34,73% das mulheres que foram mães precocemente tinham acesso à rede de saneamento básico.

Em relação à educação, os dados chamam atenção. Das mulheres que vivenciaram a gravidez antes dos 20 anos, apenas 34,16% conseguiram concluir o ensino médio. Já na educação superior, esse percentual é ainda menor, apenas 6,36% conseguiram concluir um curso de nível superior. A baixa escolaridade pode ser um dos fatores determinantes para a não inserção no mercado de trabalho ou

pode implicar em empregos que não exigem alta qualificação e apresentam baixa remuneração, uma vez que os dados também apontaram que, em média, as mulheres que tiverem filhos antes dos 20 anos trabalham, aproximadamente, 17 horas semanais e recebem em torno de 620,05 reais mensais, contra 21 horas semanais e rendimentos médios de 1.254,10 reais das mulheres que não foram mães adolescentes.

O detalhamento dos dados está presente na Tabela 8, vale destacar que os valores foram arredondados para apresentar duas casas decimais.

**Tabela 8 – Estatística Descritiva para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, da região Nordeste que tiveram filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos ou mais (gravidez precoce = 0).**

Variable	Descrição das variáveis	Obs	Mean	Std. Dev.	gravidez precoce = 1			gravidez precoce = 0		
					Obs	Mean	Std. Dev.	Obs	Mean	Std. Dev.
aborto_espontaneo	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,25	0,43	2.646	0,27	0,44	2.719	0,24	0,42
aborto_provocado	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,05	0,22	2.646	0,06	0,23	2.719	0,05	0,21
dum_ens_med	1 para ocorrência e 0 caso contrário	4.705	0,42	0,49	2.295	0,34	0,47	2.410	0,50	0,50
dum_ens_sup	1 para ocorrência e 0 caso contrário	4.705	0,12	0,32	2.295	0,06	0,24	2.410	0,17	0,38
idade	mulheres com idades entre 20 e 49 anos	5.365	34,82	8,04	2.646	33,41	8,36	2.719	36,20	7,47
peso	mulheres com peso entre 31 e 165kg	4.485	65,58	13,29	2.172	65,98	13,96	2.313	65,21	12,62
altura	mulheres com altura entre 119 e 188cm	3.319	159,20	7,70	1.486	158,93	7,92	1.833	159,42	7,51
renda_fam_pc	renda familiar per capita entre 0 e 14500	5.364	566,98	874,01	2.646	434,34	646,47	2.718	696,09	1033,04
dum_cor_branca	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,25	0,43	2.646	0,22	0,41	2.719	0,27	0,45
religiao	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,48	0,50	2.646	0,45	0,50	2.719	0,51	0,50
agua_rede_geral	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,78	0,42	2.646	0,75	0,44	2.719	0,80	0,40
saneamento	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.020	0,39	0,49	2.430	0,35	0,48	2.590	0,43	0,50
dum_urbano	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,76	0,42	2.646	0,73	0,45	2.719	0,80	0,40
trabalho_ren	1 para ocorrência e 0 caso contrário	5.365	0,47	0,50	2.646	0,43	0,50	2.719	0,51	0,50

trabalho_o cas	1 para ocorrência e 0 caso contrário remuneração	2.807	0,05	0,21	1.487	0,05	0,23	1.320	0,04	0,20
salar_dinh _princ	vinda de trabalho principal de 0 a 19000 reais remuneração	5.365	470,70	1013,61	2.646	310,03	670,31	2.719	627,05	1241,28
salar_dinh _secun	vinda de trabalho secundário de 0 a 7000 reais Remuneração	5.365	33,08	314,11	2.646	10,77	92,11	2.719	54,80	430,70
salario_tot al	total recebida de 0 a 38000 reais	5.365	941,39	2027,23	2.646	620,05	1340,62	2.719	1254,10	2482,56
horas_trab _pinc	horas gastas em trabalho principal entre 0 e 120hr	5.365	18,63	20,95	2.646	16,86	20,84	2.719	20,35	20,92
horas_trab _ocasio	horas gastas em trabalho ocasional entre 0 e 55hr	5.365	0,61	4,09	2.646	0,50	3,51	2.719	0,73	4,59
horas_trab _total	horas gastas em trabalho total entre 0 e 120hr	5.365	19,24	21,69	2.646	17,36	21,37	2.719	21,08	21,85

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

## 5. 2. 2 Alagoas

Com os dados coletados para Alagoas, verificou-se que apenas 21,43% das mulheres de raça branca foram mães adolescentes.

A amostra também apontou que a média da renda familiar per capita para as mulheres que foram mães na adolescência é de 370,69 reais contra 583,23 reais para as que não foram. Ademais, apenas 21,34% das mulheres que foram mães antes dos 20 anos de idade tinham acesso à rede de saneamento básico.

Em relação à educação das mulheres que vivenciaram a gravidez antes dos 20 anos, apenas 26,97% conseguiram concluir o ensino médio e apenas 5,39% conseguiram concluir um curso de nível superior. Como dito anteriormente, a baixa escolaridade pode estar atrelada a empregos de baixa qualificação e baixos salários, posto que os dados também apontaram que, em média, as mulheres que tiverem filhos antes dos 20 anos trabalham, aproximadamente, 13 horas semanais e recebem em torno de 460,57 reais mensais. Já as mulheres que não foram mães adolescentes têm uma média de 18 horas semanais trabalhadas e rendimentos médios de 894,02 reais.

O detalhamento dos dados está presente na Tabela 9 e vale destacar que os valores foram arredondados para apresentar duas casas decimais.

**Tabela 9 – Estatística Descritiva para o grupo de mulheres, de 20 a 49 anos de idade, do estado de Alagoas que tiveram filho antes dos 20 anos idade (gravidez precoce = 1) e aos 20 anos ou mais (gravidez precoce = 0).**

Variable	Descrição das variáveis	Obs	Mean	Std. Dev.	gravidez precoce = 1			gravidez precoce = 0		
					Obs	Mean	Std. Dev.	Obs	Mean	Std. Dev.
aborto_espontaneo	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,24	0,43	280	0,28	0,45	270	0,20	0,40
aborto_provocado	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,07	0,25	280	0,09	0,28	270	0,05	0,21
dum_ens_med	1 para ocorrência e 0 caso contrário	473	0,40	0,49	241	0,27	0,44	232	0,53	0,50
dum_ens_suap	1 para ocorrência e 0 caso contrário	473	0,07	0,26	241	0,05	0,23	232	0,09	0,29
idade	mulheres com idades entre 20 e 49 anos	550	34,96	8,11	280	33,33	8,48	270	36,66	7,34
peso	mulheres com peso entre 36 e 120kg	424	65,67	13,03	203	66,07	14,42	221	65,30	11,62
altura	mulheres com altura entre 144 e 180cm	271	160,36	6,75	120	159,54	6,77	151	161,01	6,69
renda_fam_pc	renda familiar per capita entre 0 e 9000	550	475,03	671,18	280	370,69	377,36	270	583,24	865,22
dum_cor_branca	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,27	0,45	280	0,21	0,41	270	0,34	0,47
religiao	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,50	0,50	280	0,43	0,50	270	0,57	0,50
agua_redegeral	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,64	0,48	280	0,63	0,48	270	0,65	0,48
saneamento	1 para ocorrência e 0 caso contrário	533	0,25	0,43	267	0,21	0,41	266	0,29	0,45
dum_urbano	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,76	0,43	280	0,73	0,45	270	0,79	0,41
trabalho_r-n	1 para ocorrência e 0 caso contrário	550	0,39	0,49	280	0,34	0,47	270	0,45	0,50
trabalho_o-s	1 para ocorrência e 0 caso contrário	329	0,03	0,17	183	0,03	0,16	146	0,03	0,18
salar_dinh_p_rinc	remuneração vinda de trabalho principal de 0 a 7000 reais	550	336,68	621,43	280	230,29	405,58	270	447,01	770,40
salar_dinh_s_ecun	remuneração vinda de trabalho secundário de 0 a 7000 reais	550	36,36	434,02	280	3,21	31,23	270	70,74	617,34
salario_total	remuneração vinda de trabalho total de 0 a 14000 reais	550	673,36	1242,85	280	460,58	811,16	270	894,03	1540,81
horas_trab_princ	horas gastas em trabalho principal entre 0hr a 100hr	550	15,63	20,48	280	13,59	19,87	270	17,75	20,93
horas_trab_s_ecun	horas gastas em trabalho secundário entre 0hr a 50hr	550	0,55	4,07	280	0,28	2,69	270	0,83	5,11
horas_trab_t_otal	horas gastas em trabalho total entre 0hr a 100hr	550	16,19	21,11	280	13,87	20,26	270	18,59	21,74

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção trará os resultados encontrados na regressão linear realizada. Na primeira parte, serão apresentados os resultados para o primeiro estágio da regressão a nível Brasil e região Nordeste. A segunda parte mostrará os resultados para a regressão linear realizada para a região Nordeste. A terceira parte trará os resultados para o estado de Alagoas.

### 6.1 Primeiro Estágio da Regressão Linear

As Tabelas 10 e 11 apresentam os resultados do primeiro estágio da regressão linear para a gravidez precoce com os dados referentes ao Brasil e à região Nordeste, respectivamente. Nelas, estão descritas as variáveis utilizadas e a relação com a variável de interesse – no caso, a gravidez precoce. Nas tabelas estão presentes a média e, entre parênteses, o desvio padrão.

Como esperado, a menarca, para os dois casos, apresentou uma relação negativa com a gravidez precoce, ou seja, quanto mais tardia a primeira menstruação, menores são as chances de uma gravidez adolescente.

Como mencionado no capítulo 4, o aborto apresentou uma relação positiva com a gravidez precoce e não apresentou significância estatística na amostra da região Nordeste. Sendo assim, ele foi utilizado como uma variável de controle, visto ter se comportado como um fator endógeno ou não relacionado.

Assim como no trabalho de Kassouf *et al.* (2020), os resultados mostram uma relação negativa entre educação e a gravidez precoce. Por conseguinte, mulheres brasileiras, no geral, que passam pela gravidez precoce têm aproximadamente 20% menos chances de concluir o ensino médio e, conseqüentemente, 35% menos chances de concluir o ensino superior. Já se a mulher residir na região Nordeste as chances de não concluir o ensino médio devido a uma gravidez antes dos 20 anos de idade sobe para aproximadamente 25% e de não concluir o ensino superior chega a aproximadamente 41%.

Os resultados também mostraram uma relação negativa entre saneamento básico e gravidez precoce, o que pode estar diretamente relacionado a maiores níveis de pobreza e piores condições de saúde.

A análise realizada por Kassouf *et al.* (2020) mostra que as mulheres que foram mães antes dos 20 anos apresentam renda familiar baixa, baixo nível educacional e os sistemas de esgoto e água são piores. Seu trabalho mostra que 48% das gravidezes antes dos 20 anos estão no grupo de renda mais baixa, contra 22% de gravidezes precoces nas famílias mais ricas. Outrossim, cerca de 60% das mulheres com níveis educacionais mais baixos foram mães antes dos 20 anos de idade, enquanto apenas 13% das mulheres com ensino superior completo foram mães precocemente.

**Tabela 10 – 1º Estágio de Regressão – Gravidez Precoce – Brasil.**

idade_menarca	-0.0221*** (0.00275)
aborto_espontaneo	0.0459*** (0.0111)
aborto_provocado	0.137*** (0.0254)
dum_ens_med	-0.207*** (0.0115)
dum_ens_sup	-0.350*** (0.0156)
dum_cor_branca	-0.0393*** (0.0109)
saneamento_redegeral	-0.0287** (0.0125)
Observations	9,543
R-squared	0.140

Nota: Erros padrão entre parênteses; \* Significância a 10%; \*\* Significância a 5%; \*\*\* Significância a 1%.

As variáveis de controle também incluem idade, peso, altura, renda familiar per capita, rede de água, domicílio urbano e os 26 estados + Distrito Federal.

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

**Tabela 11 – 1º Estágio de Regressão – Gravidez Precoce – Nordeste.**

1º Estágio de Regressão - Gravidez Precoce – Nordeste	
idade_menarca	-0.0251*** (0.00517)
aborto_espontaneo	0.0140 (0.0215)
aborto_provocado	0.129*** (0.0399)
dum_ens_med	-0.250***

	(0.0215)
dum_ens_sup	-0.413***
	(0.0305)
dum_cor_branca	-0.0205
	(0.0212)
saneamento_redegeral	-0.0383*
	(0.0218)
Observations	2.600
R-squared	0.135

Nota: Erros padrão entre parênteses; \* Significância a 10%; \*\* Significância a 5%; \*\*\* Significância a 1%.

As variáveis de controle incluem idade, peso, altura, religião, renda familiar per capita, rede de água, domicílio urbano e os nove (09) estados do Nordeste.  
Fonte: PNS – 2013

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

## 6. 2 Resultados para a Região Nordeste

Ao realizar a regressão linear para a região Nordeste, para avaliar o efeito causado pela gravidez precoce nas *Horas Trabalhadas, Salários e Força de Trabalho* das mulheres, tabelas 12, 13 e 14, respectivamente, a presente análise não conseguiu provar a existência de um efeito real para o nível da população, posto que nenhum dos resultados obtidos apresentou algum grau de significância.

**Tabela 12 – Efeito sobre as horas trabalhadas – Nordeste.**

VARIABLES	ln_horas_trab_princ	ln_horas_trab_secun	ln_horas_trab_total
gravidez_precoce	0.143 (0.706)	-0.214 (0.284)	-0.071 (0.777)
Observations	2,600	2,600	2,600
R-squared	0.116	0.043	0.145
Robust standard errors in parentheses			
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1			

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

**Tabela 13 – Regressão de salários para mulheres de 20 a 49 anos – Nordeste.**

VARIABLES	ln_salar_dinh_princ	ln_salar_dinh_secun	ln_salario_total
gravidez_precoce	0.731 (1.264)	-0.173 (0.609)	0.558 (1.438)
Observations	2,600	2,600	2,600
R-squared	0.190	0.090	0.223

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

**Tabela 14 - Regressão de participação na força de trabalho para mulheres de 20 a 49 anos - Nordeste.**

VARIABLES	trabalho_ocas	trabalho_remun
gravidez_precoce	0.0854 (0.185)	0.0576 (0.200)
Observations	2,600	2,600
R-squared	-0.007	0.119

Robust standard errors in parentheses  
\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

### 6.3 Resultados para Alagoas

A regressão linear realizada para o estado de Alagoas, para analisar o efeito causado pela gravidez antes dos 20 anos de idade nas *Horas Trabalhadas e Força de Trabalho* das mulheres, Tabelas 15 e 17, respectivamente, não conseguiu comprovar a correlação para a amostragem, uma vez que os resultados obtidos não apresentaram grau de significância.

Já nos resultados referentes aos *Salários*, encontramos resultados significativos para os salários de trabalhos secundários e nos salários totais, como pode ser observado na Tabela 16.

Em outras palavras, achamos resultados que mostram que a gravidez precoce tem uma relação negativa com os salários auferidos. Uma mulher residente em Alagoas que passou pela gravidez precoce pode ter uma diferença salarial, oriunda da sua atividade secundária, de aproximadamente 23% em relação às mulheres que não foram mães antes dos 20 anos. Aliás, sofrem perdas salariais de aproximadamente 19% nos salários totais.

**Tabela 15 - Regressão de horas trabalhadas para mulheres de 20 a 49 anos - Alagoas.**

VARIABLES	ln_horas_trab_princ	ln_horas_trab_secun	ln_horas_trab_total
gravidez_precoce	0.0544 (0.146)	0.268 (4.625)	0.00862 (1.506)
gravidez_precoce#UF_AL	-0.0209 (0.0366)	-0.265 (4.623)	-0.00806 (1.496)

Observations	2,600	2,600	2,600
R-squared	0.047	0.054	0.059

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

**Tabela 16 - Regressão de salários para mulheres de 20 a 49 anos - Alagoas.**

VARIABLES	ln_salar_dinh_princ	ln_salar_dinh_secun	ln_salario_total
gravidez_precoce	0.00128 (0.00151)	0.191 (0.204)	0.7296*** (0.03211)
gravidez_precoce#UF_AL	-0.00344 (0.00300)	-0.405*** (0.0484)	-0.9048*** (0.03188)
Observations	2,600	2,600	2,600
R-squared	0.445	0.071	0.262

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

**Tabela 17 - Regressão de participação na força de trabalho para mulheres de 20 a 49 anos - Alagoas.**

VARIABLES	trabalho_ocas	trabalho_remun
gravidez_precoce	0.195 (2.399)	0.703 (0.508)
gravidez_precoce#UF_AL	0.0073 (2.385)	-0.698 (0.504)
Observations	2,600	2,600
R-squared	0.003	0.095

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados extraídos do PNS 2013.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar como o mercado de trabalho reage à gravidez precoce e observar qual é o perfil socioeconômico em que mais incide a gravidez antes dos 20 anos de idade. Fizemos isso nas seções 2 e 3, em que analisamos o comportamento da fecundidade brasileira durante as décadas e buscamos compor o retrato do grupo mais atingido pelo fenômeno. Por meio das seções seguintes, buscamos compor um perfil da inserção desse grupo no mercado de trabalho e quais seriam suas implicações.

Nas seções 2 e 3 foi possível entender como a gravidez precoce pode agir negativamente em vários aspectos da vida da mulher – na educação, por meio da interrupção da escolaridade; bem como nas relações conjugais, visto que essas tendem a se dissolver a longo prazo. Também foi possível notar a influência da família na decisão da adolescente adiar ou não a maternidade. Outro fator se provou crucial ao longo da investigação: entender como os locais de residência, onde as adolescentes estão inseridas, podem influenciar a antecipação da maternidade, pois tanto a renda familiar quanto a raça também têm seu peso nesse grupo.

A partir da seção 5, a amostra coletada nos confirma as implicações da gravidez precoce na educação e que as meninas em situações de moradia mais pobres e de raças não brancas são as mais atingidas por esse fenômeno.

Concluimos que a variável salário age negativamente em relação à gravidez precoce, a nível do estado de Alagoas. Podemos afirmar que o aumento do nível educacional pode contribuir para que mais mulheres sejam colocadas em melhores posições profissionais nos setores da economia.

Em meio a esse cenário, fica claro o papel fundamental e a urgente necessidade de novas políticas públicas direcionadas ao grupo de adolescentes e a suas famílias a fim de diminuir a incidência da gravidez precoce e de minimizar seus efeitos nos resultados socioeconômicos.

As soluções podem vir por meio de políticas públicas mais eficazes, que atinjam de modo satisfatório o público-alvo, garantindo-lhes o direito à cidadania por via da elaboração de medidas preventivas simples e mais eficientes, como a disseminação de informações sobre sexualidade, reprodução e planejamento familiar, maior divulgação e distribuição de métodos contraceptivos, um melhor e mais acolhedor sistema educacional, melhores condições de moradia, melhores

políticas de distribuição de renda e até melhores políticas públicas de fornecimento de creches para jovens mães, tais medidas poderiam auxiliar essas adolescentes na “dupla jornada” escola-casa que passaram a enfrentar nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **SIS 2010**: Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos. 17 set. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13899-asi-sis-2010-mulheres-mais-escolarizadas-sao-maes-mais-tarde-e-tem-menos-filhos>. Acesso em: 25/11/2021.
- ALVES, B.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L.G.D.S. **Retorno da Mulher ao Mercado de Trabalho**: Impacto da Licença-Maternidade. *In*: ANPEC, 45, 2017, Natal. Anais.... [s. L.]: ANPEC, 2017. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files\\_l/i13-a1dce984011249fe59ff408396533c27.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_l/i13-a1dce984011249fe59ff408396533c27.pdf). Acesso em: 24/10/2021.
- AQUINO, E. M. L. *et al.* Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, suppl. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6khBZqPXRp49jJxKLWrGJbJ/?lang=pt>. Acesso em: 25/11/2021.
- CAVENAGHI, S. Fecundidade de jovens e acesso à saúde sexual e reprodutiva no Brasil: desigualdades territoriais. *In*: BRUNO, M. (org.). **População, espaço e sustentabilidade**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p. 231-274. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=294508&view=detalhes>. Acesso em: 09/10/2021.
- CHEVALIER, A.; VIITANEN, T. K. The Long-Run Labour Market Consequences of Teenage Motherhood in Britain. **Journal of Population Economics**, v. 16, p. 323-343, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20000192>. Acesso em: 17/10/2021
- CRUZ, M. S.; CARVALHO, F. J. V. ; IRFFI, G. Perfil socioeconômico, demográfico, cultural, regional e comportamental da gravidez na adolescência no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 46, p. 243-66, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6577/1/ppp\\_n46\\_perfil\\_socioeconomico.pdf2](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6577/1/ppp_n46_perfil_socioeconomico.pdf2). Acesso em: 08/10/2021.
- FONTOURA, N. de O.; PINHEIRO, L. S. Gravidez na adolescência. **A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Ano 7, Edição 60, 2010. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1091:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1091:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 25/11/2021.
- HEILBORN, ML.; SALEM, T.; KNAUTH, DR.; AQUINO, EML.; BOZON, M.; ROHDEN, F.; VICTORA, C.; McCALLUM, C. & BRANDÃO, ER. **Aproximações Socioantropológicas Sobre a Gravidez na Adolescência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 13-45, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/py75RPTb5wdBdQcFnQpXHyK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28/10/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries Históricas e Estatísticas**. Disponível em: [https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=10](https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10). Acesso em: 29/10/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 30/10/2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9750&t=publicacoes>. Acesso em: 30/10/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 09/09/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. N. 38, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 09/09/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. N. 38, 2ª ed., 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: 11/10/2021.

KASSOUF, A. L. *et al.* Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil. **Partnership for Economic Policy Working Paper**. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/343734748\\_Examining\\_the\\_Impact\\_of\\_Early\\_Childbearing\\_on\\_Education\\_Literacy\\_and\\_Labor-Market\\_Outcomes\\_in\\_Four\\_African\\_Countries](https://www.researchgate.net/publication/343734748_Examining_the_Impact_of_Early_Childbearing_on_Education_Literacy_and_Labor-Market_Outcomes_in_Four_African_Countries). Acesso em: 12/11/2021.

MANFRÉ, C. C.; QUEIRÓZ, Sara Gomes de; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Florianópolis, v.5, n. 17, jan/dez 2010, p. 48-54. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/205>. Acesso em: 13/11/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/matriz.htm#demog>. Acesso em: 11/09/2021.

NARITA, R.; DIAZ, M. D. M. **Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: evidence from Brailian data**. Economia, ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, v. 17, n. 2, p. 238-252. 2016. Disponível em: [https://ideas.repec.org/a/anp/econom/v17y20162238\\_252.html](https://ideas.repec.org/a/anp/econom/v17y20162238_252.html). Acesso em: 22/10/2021.

PAULO, M. A. O momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário por grupos socioeconômicos. *In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro. Anais*, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2259/2214>. Acesso em: 21/10/2021.

PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. *In: Anais..* Belo Horizonte: ANPEC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001610791>. Acesso em: 25/09/2021.

SANTOS, F. M.; PAZELLO, E. T. O impacto da gravidez precoce sobre os resultados econômicos e sociais das adolescentes brasileiras. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 40, 2012, Porto de Galinhas. Anais*. Porto de Galinhas: Anpec, 2012. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files\\_l/i11-cc73a16c8511b695045175c364c5b47a.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_l/i11-cc73a16c8511b695045175c364c5b47a.pdf). Acesso em: 22/10/2021.

SANTOS, F. M. **Os impactos da maternidade precoce sobre os resultados socioeconômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis///96/96131/tde-24042013-110617/pt-br.php#:~:text=Os%20resultados%20obtidos%20mostram%20que,o%20desenvolvimento%20educacional%20da%20adolescente..> Acesso em: 25/10/2021.

SOUZA, M. M. C. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. *In: Vieira, E. M. et al (orgs.). Seminário gravidez na adolescência*. São Paulo: Associação Saúde da Família, 1998. p. 74-91.